



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639919 - SP (2021/0012057-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : VILMO SERGIO CORREA FILHO
ADVOGADO : VILMO SÉRGIO CORRÊA FILHO - SP348962
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VANESSA ROSA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de VANESSA ROSA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2068986-74.2020.8.26.0000).

A paciente cumpre pena de 9 anos de reclusão, atualmente em regime fechado, e teve o pedido de prisão domiciliar em razão da pandemia de covid-19 indeferido.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que o crescimento acelerado da pandemia de covid-19 justificaria a concessão de prisão domiciliar humanitária à paciente, a fim de diminuir as consequências advindas do contágio do vírus.

Discorre sobre os riscos de infecção no cárcere e argumenta que a apenada encontra-se em grave situação de risco, visto que tem 3 filhas menores de 12 anos e o estabelecimento prisional não oferece condições sanitárias adequadas, preenchendo os requisitos para ser beneficiada com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja deferida a prisão domiciliar humanitária à paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que manteve o indeferimento da prisão domiciliar à paciente, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 18-20):

Outrossim, apesar de alegar ser mãe de cinco filhos menores, não acostou prova no sentido de que os

mesmos dependam, unicamente, dela para sobrevivência, uma vez que pode haver parentes, vizinhos ou amigos que estejam dando conta do amparo e cuidados dos mesmos. Dessa forma, a Lei 13.257/2016 não concede automaticamente o direito à detenta, mãe de filhos menores, a concessão da prisão domiciliar.

Ainda, embora tenha alegado a d. Defesa que a paciente apresenta intoxicação por acidente de trabalho em lavanderia, problemas de tireóide e “supostamente” predisposição a cardiopatia, em razão de quadro apresentado por irmã gêmea, não tratou de juntar aos autos relatório médico, do qual afirmou ter sido mencionado pelo “Dr. Mário” (que suponho, aqui, ser o profissional médico encarregado da situação da acusada), como lhe competia.

Outrossim, nada se encontra nos autos dando conta de que não esteja a paciente recebendo atendimento médico necessário, até porque, além de contar, a penitenciária, de atendimento da rede municipal, foi firmado convênio com a Faculdade de Saúde Dr. Mario Prata FACL SB, de Barretos, dentro da unidade prisional, que conta com profissionais de saúde para dar atendimento às detentas, entre eles médicos, dentista, psicólogo e assistente social, conforme as razões de agravo fornecidas pela Procuradoria Geral do Estado Procuradoria Regional Ribeirão Preto (fls. 231/239, com ênfase a fls.233), assim demonstrado respeito aos artigos 14 e 120, II, da Lei de Execução Penal.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência